



Número: **0806786-37.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WASHINGTON DANTAS DE ANDRADE (AUTOR)		CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS (REU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81656667	02/05/2022 12:58	Certidão	Certidão
81656668	02/05/2022 12:58	0806786-37.2017 - Esclarecimentos sobre LAUDO PERICIAL	Outros documentos

Estado do Rio Grande do Norte - Poder Judiciário
Juízo de Direito da Comarca de Natal/RN - Secretaria da 23ª Vara Cível

Processo n.º 0806786-37.2017.8.20.5001
Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Juntada



PROCESSO: 0806786-37.2017.8.20.5001

CLASSE: COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

REQUERENTE: WASHINGTON DANTAS DE ANDRADE

REQUERIDO: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Esclarecimentos sobre o laudo pericial.

Diz o procurador:

Algumas informações que merecem ser rebatidas por não guardarem concordância com os danos causados à parte autora, haja vista que a conclusão da perícia médica não indicou sequelas na vítima, apesar de reconhecer, no próprio laudo, que houve lesão com TRAUMA DE FACE E COTOVELO DIREITO.

o acidente de trânsito narrado na inicial ocorreu na data de 20/08/2016, mas a perícia médica judicial foi realizada no dia 02/07/2021, ou seja, aproximadamente 5 (cinco) anos após o acidente. Este cenário é de suma importância e deveria ser observado pelo perito, afinal as lesões à época do infortúnio se apresentaram mais graves, mas, transcorridos 5 anos do acidente, a aferição se torna questionável, de modo que requer mais atenção para as lesões contemporâneas ao acidente

Esclarecimentos:

A perícia, para fins de DPVAT, é simples no sentido de apontar sequelas **DEFINITIVAS**, e, dessa forma, somente pode avalia-las no momento da perícia, não se reporta definindo *status* passado. A perícia não tem a finalidade de analisar a trajetória da sequela, qual seja, o que passou o periciando até então, mas sim como ele se encontra em sentido de sua função e anatomia no momento da avaliação, conforme rege a lei do DPVAT, sendo portanto, esse o objeto da perícia.

O exame físico foi bem claro para o caso em questão (exame normal, sem sequelas definitivas):

Movimentos do cotovelo estão preservados em sua flexão, extensão e pronosupinação; face cicatrizada sem hipotrofias ou outras sequelas que indicassem perda de função ou alteração de anatomia.

Não se pode falar em sequela, incapacidade ou invalidez, se o exame físico se encontra normal para o sítio anatomofisiológico do paciente. A perícia entende que seu objetivo e finalidade foram alcançados.



Com relação ao fato de que no passado, sob argumento do procurador, o periciando teve sequelas, significa que elas não eram definitivas, já que as mesmas, presumem-se, desapareceram. Por outro lado o perito não pode presumir e nem tecer comentários sobre o laudo de outrem, nem foi objeto a sua análise de seu conteúdo ou circunstâncias.

A perícia não recebeu quesitos em sede de impugnação, mas se encontra à disposição do comando do magistrado.

Sem mais para o momento

Rogério M Nobre

Médico perito



